

## **MENSAGEM JUSTIFICATIVA PROJETO DE LEI 32/2025**

**Boa Esperança, 02 de junho de 2025.**

*À Sua Excelência,  
Presidente da Câmara Municipal*

*Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,*

*Com nossos cumprimentos, submeto à apreciação legislativa o Projeto de Lei que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências.*

*Fundamentado no artigo 71 da Lei Orgânica do Município de Boa Esperança, a proposição estabelece as metas fiscais, para o exercício vindouro e orienta a elaboração da lei orçamentária anual.*

*Informamos a Vossa Excelência, que o presente Projeto de Lei, foi disponibilizado no portal de transparência municipal, oportunizando a participação popular.*

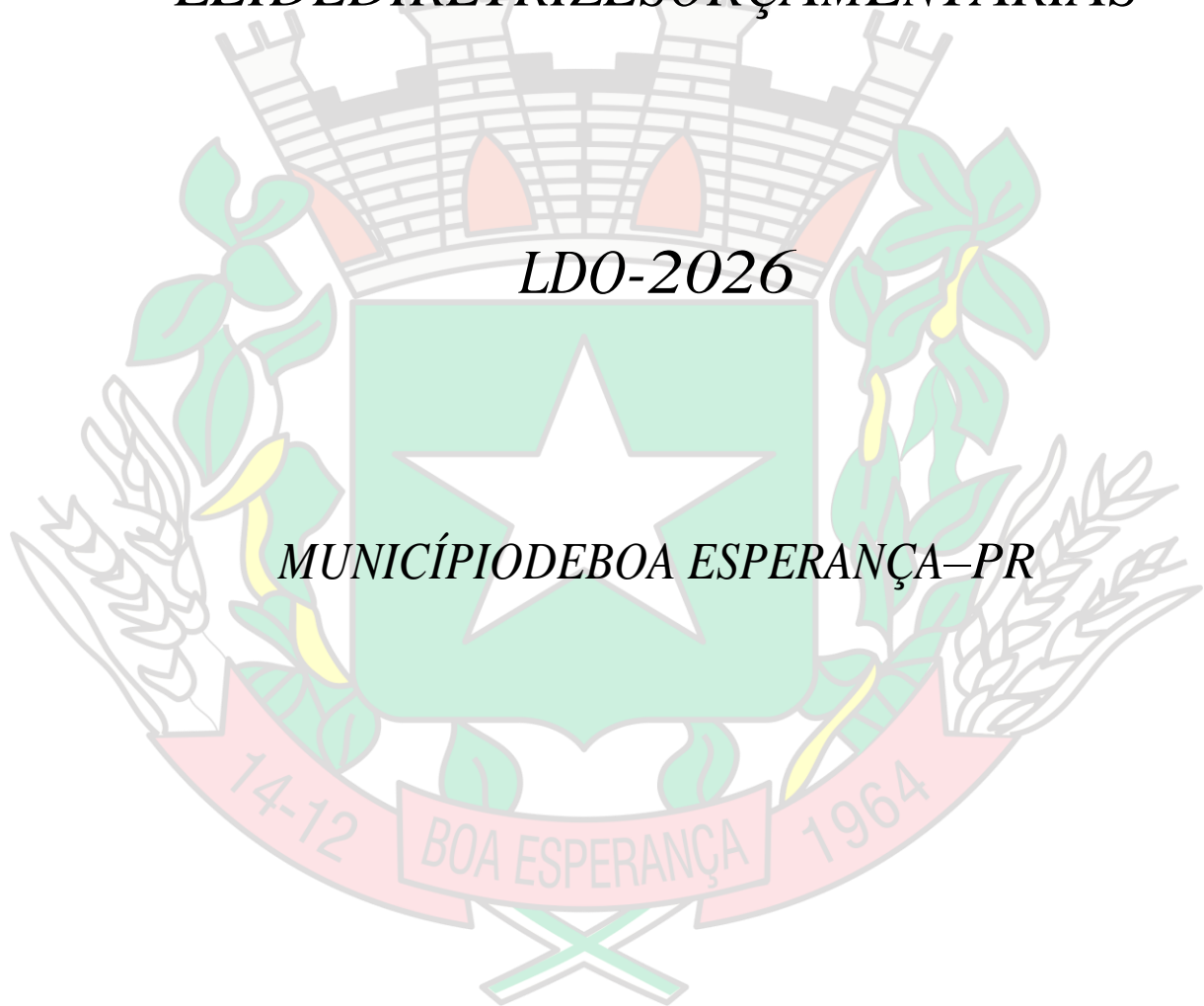
*Contado com a costumeira atenção de Vossa Excelência e seus pares, renovo nosso apreço, estima e consideração.*

*Atenciosamente,*

**JOEL CELSO BUSCARIOL**  
*Prefeito Municipal*

*PROJETO DE LEI 32/2025*

*LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS*



*LDO-2026*

*MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA - PR*

**PROJETO DE LEI**  
**Nº32/2025**

**SÚMULA:** *Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração e Execução da Lei Orçamentária do Município de Boa Esperança para o exercício de 2026, revisa o Plano Plurianual e dá outras providências.*

A Câmara Municipal de Boa Esperança, estado do Paraná, aprovou e, o prefeito do município, sancionou a seguinte **LEI**:

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** *Em cumprimento a o disposto no art. 165, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, no art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) e no art. 71, parágrafo 2º, da Lei Orgânica do Município de Boa Esperança, de 17 de novembro de 2010, ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias relativas ao exercício financeiro de 2026, compreendendo:*

- I - As metas e prioridades da Administração Pública Municipal;*
- II - A organização e a estrutura dos orçamentos;*
- III - As diretrizes específicas para o Poder Legislativo;*
- IV - As diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;*
- V - As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;*

VI - As disposições sobre as alterações na Legislação Tributária do Município;

VII-As disposições relativas à Dívida Pública Municipal; e

VIII-As disposições finais.

**Parágrafo único.** Integram esta Lei os seguintes anexos:

Anexos I-Anexo de Metas

Fiscais compostos de:

- ✓ Demonstrativo de metas anuais;
- ✓ Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- ✓ Demonstrativo das metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
- ✓ Evolução do patrimônio líquido nos três exercícios anteriores;
- ✓ Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- ✓ Avaliação da situação financeira e atuarial do RPPS
- ✓ Demonstrativo da estimativa e compensação de renúncia de receita; e
- ✓ Demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;

*Anexo II-Anexo de Riscos Fiscais*

*Contendo:*

- ✓ *Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;*

*Anexo III-Anexo de Metas e Prioridades;*

- ✓ *Metas das ações dos Programas de Governo;*
- ✓ *Metas das ações dos Programas de Governo por Órgão e Unidades;*
- ✓ *Descrição dos Programas Governamentais, metas e custos;*
- ✓ *Proposta de Programa Setorial – Identificação das Ações;*
- ✓ *Unidades Executoras e ações voltadas ao desenvolvimento do Programa de Governo*

*Anexo*

*IV-Demonstrativo de Obras em Andamento, em atendimento ao art. 45, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000;*

**CAPÍTULO I**  
**METAS E PRIORIDADES DA**  
**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

*Art. 2º Em conformidade com o disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, no art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, da Lei Orgânica do Município, as metas e prioridades para o exercício financeiro de 2026 são as constantes em Anexo próprio desta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária, mas não se constituem limites à programação das despesas.*

**§1º** Constituem prioridades do Governo Municipal:

**I- Implementação de políticas públicas com responsabilidade social, buscando qualidade de vida e exclusão de desigualdades – Boa Esperança Para todos;**

**II- Aprimoramento dos serviços de infra-estrutura e readequação do sistema viário;**

**III- Meio Ambiente – desenvolvimento econômico sustentável com valorização do ser humano e do meio ambiente;**

**IV- Serviços Públicos com qualidade, valorizando o Servidor e o Município.**

**§2º** A execução das ações vinculadas às metas e prioridades, do Anexo a que se refere o caput, estará condicionada à manutenção do equilíbrio das contas públicas, conforme Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei.

**Art. 3º** As Ações/Metas especificadas no Anexo de Metas e Prioridades da Administração Municipal deverão estar em consonância com as especificadas no Plano Plurianual-PPA, período 2026-2029.

**§1º** O Projeto de Lei Orçamentária Anual será elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

**§2º** Na destinação de recursos às ações constantes do projeto de lei orçamentária serão adotados os critérios estabelecidos em lei específica ou no Plano Plurianual-PPA.

**Art. 4º** Será garantida a destinação de recursos orçamentários para a oferta de programas públicos de atendimento à infância e à adolescência no Município, conforme disposto no art. 227 da Constituição Federal e no art. 4º da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e suas alterações - Estatuto da Criança e do Adolescente.

**§ 1º** O Poder Executivo encaminhará, anexo à Proposta Orçamentária, quadro demonstrativo dos gastos públicos e beneficiários da criança e do adolescente e quadros demonstrativos das receitas e despesas, conforme art. 14, §3º, da Instrução Normativa nº 36, de 27 de agosto de 2009, do Tribunal de Contas do Paraná - TCE/PR.

*§2º A Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social e como Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, disponibilizará instruções para a purificação do Orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança – FMDCA.*

*Art. 5º O Município de Boa Esperança implementará o atendimento integral às pessoas portadoras de deficiência e às pessoas idosas em todos os órgãos da Administração Direta e Indireta, incluindo-as em políticas públicas voltadas à satisfação de suas necessidades.*

*Art. 6º Na elaboração do Orçamento da Administração Pública Municipal buscar-se-á a contribuição de toda a sociedade em um processo de democracia participativa, voluntária e universal, em atendimento ao disposto no art. 44 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade).*

*Parágrafo único. Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária o Poder Executivo promoverá audiência pública, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000.*

## **CAPÍTULO II**

### **ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

*Art. 7º A Lei Orçamentária compreenderá o Orçamento Fiscal, e o Orçamento da Seguridade Social.*

*Art. 8º O Projeto de Lei Orçamentária do Município de Boa Esperança relativo ao exercício de 2026 deverá obedecer aos princípios da justiça social, do controle social, da transparência na elaboração e execução do orçamento e da economicidade, observado o seguinte:*

*I - o princípio da justiça social implica assegurar, na elaboração e na execução do orçamento, projetos e atividades que possam reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões da Cidade, bem como combater a exclusão social;*

*II - o princípio do controle social implica assegurar a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;*

*III-oprincípio da transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o real acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento; e*

*IV-oprincípio da economicidade implica na relação custo-benefício, ou seja, na eficiência dos atos de despesa, que conduz à própria eficiência da atividade administrativa.*

**Art. 9º.** Para efeito desta Lei, entende-se por:

*I-diretriz: o conjunto de princípios que orienta a execução dos Programas de governo;*

*II-função: o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que compete ao setor público;*

*III -subfunção: uma partição da função que visa a agregar determinado subconjunto de despesas do setor público;*

*IV-programa: o instrumento de organização da ação governamental que visa à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;*

*V-ação: especifica a forma de alcançar o objetivo do programa de governo, descrevendo o produto e a meta física programada, sua finalidade, bem como os investimentos, que devem ser detalhados em unidades e medidas;*

*VI -atividade: o instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente e das quais resulta um produto necessário à manutenção das ações de governo;*

*VII-projeto: o instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento das ações de governo;*

*VIII -operação especial: o conjunto de despesas que não contribui para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resultam em produto e não geram contraprestação direta sob forma de bens ou serviços, representando, basicamente, o detalhamento da função Encargos Especiais;*

*IX-órgão orçamentário: constitui a categoria mais elevada da Classificação Institucional, a qual são vinculadas as unidades orçamentárias responsáveis por desenvolverem um programa de trabalho definido;*

X-unidade orçamentária: constitui-se em um desdobramento de um órgão orçamentário, podendo ser da administração direta ou da administração indireta, em cujo nome a lei orçamentária anual consigna, expressamente, dotações com vistas à sua manutenção e à realização de um determinado programa de trabalho;

XI -modalidade de aplicação: indicase os recursos serão aplicados diretamente pela unidade detentora do crédito ou mediante transferência para entidades públicas ou privadas.

XII-concedente: o órgão ou entidade da Administração Pública Municipal responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive de descentralização de recursos orçamentários; e

XIII -conveniente: as entidades da Administração Pública Municipal e privadas que recebem transferências financeiras, inclusive quando decorrentes de descentralização de recursos orçamentários.

§1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§2º Cada atividade, projeto ou operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

§3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária por programas, os quais estarão vinculados a atividades, projetos ou operações especiais mediante indicação de suas metas físicas, sempre que possível.

**Art. 10.** As metas físicas serão indicadas nos desdobramentos da programação vinculada aos respectivos projetos, atividades e operações especiais, de modo a especificar a ação/metaintegral ou parcial dos programas de trabalho.

**Art. 11.** O Orçamento Fiscal que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo até 31 de agosto de 2025, compreenderá a programação dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus Órgãos, Autarquias, Institutos, Fundação e Fundos Municipais instituídos e mantidos pela Administração Pública Municipal.

**Art.12.** O Poder Executivo também encaminhará ao Poder Legislativo, até 31 de agosto de 2025, o Orçamento de Investimento das empresas em que o Município detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto.

**Art.13.** A receita orçamentária será discriminada pelos seguintes níveis:

I- Categoria Econômica;

II- Origem;

III- Espécie;

IV- Rubrica;

V- Alínea; e

VI- Subalínea.

§1º A Categoria Econômica da receita, primeiro nível de classificação, está assim detalhada:

I- Receitas Correntes-1; e

II- Receitas de Capital-2.

§2º A Origem, segundo nível da classificação das receitas, identifica a procedência dos recursos públicos em relação ao fato gerador no momento em que os mesmos ingressam no patrimônio público.

§3º O terceiro nível, denominado Espécie, possibilita uma qualificação mais detalhada dos fatos geradores dos ingressos de recursos.

§4º O quarto nível, a Rubrica, agrega, dentro de cada espécie de receita, determinadas receitas com características próprias e semelhantes entre si.

§5º A Alínea, quinto nível, funciona como uma qualificação da Rubrica, apresentando o nome da receita apropriadamente dita e recebendo o registro pela entrada dos recursos financeiros.

§6º O sexto nível, a Subalínea, representa o detalhamento mais analítico das receitas públicas.

**Art.14.** A despesa orçamentária será discriminada por:

*I-Órgão Orçamentário;*

*II-Unidade Orçamentária;*

*III-Função;*

*IV-Subfunção;*

*V-Programa;*

*VI-Projeto, Atividade ou Operação Especial;*

*VII-Categoria Econômica;*

*VIII-Grupo de Natureza da Despesa;*

*IX-Modalidade de Aplicação;*

*X-Elemento de Despesa; e*

*XI-Fonte de Recursos.*

**§1º** A Categoria Econômica da despesa está assim detalhada:

*I-Despesas Correntes-3; e*

*II-Despesas de Capital-4.*

**§2º** Os Grupos de Natureza da Despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesma característica quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

*I-Pessoa e encargos sociais-1;*

*II-Juros e encargos da dívida-2;*

*III-Outras despesas correntes-3;*

*IV-Investimentos-4;*

*V-Inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou ao aumento de capital de empresas-5; e*

*VI-Amortizaçãodadívida-6.*

*§3ºAModalidadedeAplicaçãodestina-seaindicarseosrecursos aplicados serão:*

*I -Diretamente,pelaunidade detenoradocréditoorçamentárioou, mediante descentralizaçãodecréditoorçamentário,poroutroórgãouentidade integrante do OrçamentoFiscaloudaSeguridadeSocial;e*

*II -Indiretamente,mediantetransferênciainanceira,poroutras esferasde governo,seusórgãos,fundosouentidadesouoprentidadesprivadassem finslucrativos.*

*§4ºNaespecificaçãodamodalidade deaplicaçãodequetrataoparágrafo anteriorseráobservado,nomínimo,oseguintedetalhamento:*

*I-TransferênciasàUnião-20;*

*II-TransferênciasaEstadose aoDistritoFederal-30;*

*III-TransferênciasaEstadose aoDistritoFederal-Fundoa Fundo-31*

*IV-TransferênciasaMunicípios-40*

*V-TransferênciasaMunicípios-Fundoa Fundo-41*

*VI-Transferênciasainstituiçõesprivadassem finslucrativos-50;*

*VII-Transferênciasainstituiçõesprivadascom finslucrativos-60;*

*VIII-Transferênciasa consórciospúblicosmediantecontratoderateio-71;*

*IX-ExecuçãoorçamentáriadelegadaaConsórciosPúblicos-72;*

*X-Transferênciasaconsórciospúblicosmediantecontratoderateioàconta derecursosdequetratamos§§1ºe2ºdoart.24dalei complementarnº141,de2012-73;*

*XI-Aplicaçõesdiretas-90;e*

*XII -Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidadesintegrantesdosOrçamentosFiscaledaSeguridadeSocial-91.*

**§ 5º Fica** Poder Executivo autorizado a criar, alterar ou extinguir os códigos da modalidade de aplicação incluídos na Lei Orçamentária Anual para 2026 e em seus Créditos Adicionais.

**§6º** A especificação da despesa será apresentada por unidade orçamentária até o nível de elemento de despesa.

**§7º** A Lei Orçamentária Anual para 2026 conterá a destinação de recursos, classificados por fontes, regulamentados pela Secretariado Tesouro Nacional-STN, do Ministério da Fazenda, e pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná-TCE/PR.

**I -** O Município poderá incluir, na Lei Orçamentária, outras fontes de recursos para atender suas peculiaridades, além das determinadas no §7º deste artigo;

**II -** As fontes de recursos indicadas na Lei Orçamentária serão regulamentadas por decreto do Poder Executivo; e

**III -** Os recursos legalmente vinculados a finalidades específicas serão utilizados apenas para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

**§8º** As receitas oriundas de aplicações financeiras serão as mesmas fontes dos recursos originais.

**§9º** Durante a execução orçamentária, as fontes de recursos previstas poderão ser alteradas ou novas poderão ser incluídas, exclusivamente pela Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, mediante publicação de decreto no Jornal Oficial do Município, com as devidas justificativas.

**§10.** Fica Poder Executivo autorizado a proceder à atualização dos Planos de Contas da Receita e da Despesa, durante a execução orçamentária.

**Art. 15.** A Reserva do Regime Próprio de Previdência do Servidor será identificada pelo dígito 9 (sete) no que se refere ao Projeto. Quanto à categoria econômica, ao grupo de natureza da despesa, à modalidade de aplicação, ao elemento de despesa e à fonte de recursos será identificada pelo dígito 9 (nove).

**§1.** Fica Poder Executivo autorizado a proceder à atualização para adequação ao plano de contas apresentado pelo TCE-PR.

**Art.16.A** Reservade Contingênciaprevistanoart. 46destaLei seráidentificadapelodígito9(nove) noqueserefereàcategoriaeconômica,aogrupode naturezaadadespesa,àmodalidadedeaplicação,aoelementodedespesa eàfontede recursos.

**Art.17.A**LeiOrçamentáriadiscriminaráemprogramas detrabalho específicosasdotaçõesdestinadas:

I-Àparticipaçãoem constituiçãoouaumentodecapitaldeempresas;

II- Ao pagamento de precatórios judiciais, inclusive o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor; e

III- aopagamentodosjuros, encargose amortizaçãodadívidafundada.

**Art.18.**FicaoPoderExecutivoautorizadoaincorporar, naproposta orçamentáriade2026aseventuaismodificaçõesocorridas naestrutura organizacional do Município, bemcomonaclassificaçãoorçamentária dareceitaedadespesa, poralterações nalegislaçãofederalocorridasapósoencaminhamento, aoPoderLegislativo,do correspondenteProjeto deLei dasDiretrizesOrçamentárias.

**Art. 19.** A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária, Conterá:

I-O comportamentodaarrecadaçãodereceitasdoexercícioanterior;

II-Odemonstrativo,porórgão,dadespesaefetivamenteeexecutadanoano anteriorem contrastecomadespesaautorizada;

III-Asituaçãoobservadano exercíciode2024em relaçãoaoslimitesdeque tratamosartigos18,19e20daLei Complementarnº101/2000;

IV-Odemonstrativodocumprimentodalegislaçãoque dispõesobre a aplicação derecursos resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino ;

V-Odemonstrativo quedispõesobre a aplicação derecursos resultantes de imposto em saúde, em cumprimento à Emenda Constitucional nº29/2000;

VI-Adiscriminaçãodadívidapúblicatotal acumulada;e

VII- Os demonstrativos que informem os montantes do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas, com detalhamento das fontes que financiarão suas despesas.

**Art.20.** O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal constituir-se-á de:

I- Textos de lei;

II- Quadros orçamentários consolidados;

III- Anexos dos Orçamentos Fiscais da Seguridade Social discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV- Anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o art.165, §5º, inciso II, da Constituição Federal, na forma definida nesta Lei; e

V- Discriminação da legislação da receita e da despesa referente ao Orçamento Fiscal.

§1º Integrarão o Orçamento Fiscal todos os quadros previstos no art.22, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§2º Integrarão o Orçamento de Investimento, no que couber, os quadros previstos na Lei citada no parágrafo anterior.

### **CAPÍTULO III DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O PODER LEGISLATIVO**

**Art.21.** O total das despesas do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar o percentual de 7% (Sete por cento), relativo ao somatório da receita tributária com as transferências previstas nos arts. 153, §5º, 158 e 159, da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior, em conformidade com as Emendas Constitucionais nº 25/2000 e nº 58/2009.

§1º O duodécimo devido ao Poder Legislativo será repassado até o dia 20 de cada mês subsequente, sob pena de crime de responsabilidade do Prefeito, conforme disposto no art.29- A, §2º, inciso II, da Constituição Federal.

*§2º A despesa total com folha de pagamento do Poder Legislativo, incluídos os gastos com subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar a setenta por cento de sua receita, de acordo com o estabelecido no art. 29-A, §1º, da Constituição Federal, e Lei Orgânica do Município.*

*Art. 22. O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo sua proposta orçamentária, para fins de consolidação, até o dia 12 de junho do corrente exercício, observadas as disposições desta Lei.*

#### **CAPÍTULO IV**

### **DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES**

#### **SEÇÃO I Diretrizes Gerais**

*Art. 23. A elaboração do projeto de lei, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2026 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como deverão levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando ao equilíbrio orçamentário-financeiro.*

*§1º Será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.*

*I- Pelo Poder Legislativo, no que lhe couber, dos instrumentos de gestão previstos no art. 48, caput, da Lei Complementar nº 101/2000.*

*II- Pelo Poder Executivo:*

- a) da Lei Orçamentária Anual e seus anexos;*
- b) das alterações orçamentárias realizadas mediante a abertura de Créditos Adicionais;*
- c) do Relatório Resumido da Execução Orçamentária; e*

*d) do Relatório de Gestão Fiscal.*

*§2º Para o efetivo cumprimento da transparência na gestão fiscal de que trata o caput deste artigo, o Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento e da Controladoria-Geral do Município, deverá manter atualizado o endereço eletrônico, de livre acesso a toda a população, como instrumentos de gestão descritos no art. 48, caput, da Lei Complementar nº 101/2000.*

*Art. 24. As estimativas de receitas serão feitas com a observância estrita das normas técnicas e legais e serão consideradas os feitos das alterações na legislação, da variação dos índices de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante.*

*Art. 25. O Poder Executivo, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, deverá elaborar e publicar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, especificado, no mínimo, por órgão e por fonte de recursos, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000, visando ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.*

*§1º O Poder Legislativo deverá enviar ao Poder Executivo, até dez dias após a aprovação da Lei Orçamentária de 2026, a programação de desembolsos mensais para o referido exercício.*

*§2º O Poder Executivo publicará a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2026.*

*Art. 26. No prazo previsto no §2º do artigo anterior, o Poder Executivo, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, deverá publicar as receitas previstas, desdobradas em metas bimestrais, juntamente com as medidas de combate à evasão e à sonegação, bem como as quantidades e os valores das ações ajuizadas para a cobrança da dívida ativa e o montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa, nos termos do art. 13, da Lei Complementar nº 101/2000.*

*Art. 27. Se for verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior à realização das receitas, por fonte de recursos, o Poder Legislativo*

eo Poder Executivo promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, no trinta dias subsequentes, a limitação de empenho e movimentação financeira.

**§1º** Caso haja necessidade, a limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para o cumprimento do disposto no caput deste artigo e no art. 9º, da Lei Complementar nº 101/2000, visando atingir as metas fiscais previstas no Anexo de Metas Fiscais - Metas Anuais, desta Lei, será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de Outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras, de cada Poder, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

**§2º** Na hipótese da ocorrência de limitação de empenho e movimentação financeira, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

**Art. 28.** Além de observar as diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus Créditos Adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos Programas de Governo.

**Art. 29.** As propostas parciais dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como as de seus Órgãos, Autarquias, Institutos, Fundação, Fundos Municipais e Empresas Públicas serão apresentadas à Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento até o dia 12 de junho de 2025, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária.

**Art. 30.** A Lei Orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos sem a certeza assegurada de recursos suficientes para obras ou etapas de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênio e operações de crédito.

**Parágrafo único.** O disposto no caput deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

**Art. 31.** É obrigatória a destinação de recursos para a compra e contrapartida de transferências voluntárias efetuadas pela União e pelo Estado, bem como de empréstimos internos e externos e para o pagamento de sinal, de amortização, de juros e de outros encargos, observado o cronograma de desembolsos da respectiva operação.

**Parágrafo único.** Somente serão incluídas, na proposta orçamentária anual, dotações relativas às operações de crédito contratadas ou autorizadas pelo Legislativo Municipal até 30 de junho de 2025.

**Art. 32.** A Lei Orçamentária de 2026 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contêm pelo menos um dos seguintes documentos:

I - Certidão de trânsito em julgado do embargo à execução no todo ou da parte não embargada; e

II - Certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

**Art. 33.** A Procuradoria-Geral do Município encaminhará à Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento, até 15 de julho do corrente exercício, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais inscritos até 02º de abril de 2025 a serem incluídos na proposta orçamentária de 2026 devidamente atualizados, conforme determinado pelo art. 100, § 5º, da Constituição Federal, pela Emenda Constitucional nº 62/2009, discriminados conforme detalhamento constante do art. 14 desta lei, especificando:

I - Número e

data do ajuizamento da ação originária;

II - Número do precatório;

III - Tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);

IV - Enquadramento (alimentar ou não alimentar);

V - Data da autuação do precatório;

VI - Nome do beneficiário;

VII - Valor do precatório a ser pago;

VIII - Data do trânsito em julgado; e

IX - Número da vara ou comarca de origem.

**Parágrafo único.** A forma de pagamento e a atualização monetária dos precatórios das parcelas resultantes observarão, no exercício de 2026, os índices adotados pelo Poder Judiciário respectivo, conforme disposto no art. 100, § 1º, da Constituição Federal, na Emenda Constitucional nº 62/2009 e no Decreto nº 213/2010.

**Art. 34.** O pagamento das obrigações de pequeno valor de que trata o art. 100, § 3º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, pela Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000 e pela Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, sujeitar-se-á ao disposto na Lei Municipal nº 1382/2022.

**Art. 35.** Na programação das despesas não poderão:

I - Ser incluídas despesas em que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas nas unidades executoras;

II - Ser incluídas despesas a título de Investimentos - Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública, reconhecidos na forma do art. 167, § 3º, da Constituição Federal e do art. 104, § 3º, da Lei Orgânica do Município;

**Art. 36.** Na proposta orçamentária não poderão ser destinados recursos para atender despesas com:

I - ações que não sejam de competência exclusiva ou comum do Município, ou com ações para as quais a Constituição Federal não estabeleça a obrigação do Município de cooperar técnica e/ou financeiramente; e congêneres.

II - clubes, associações de servidores ou quaisquer outras entidades.

§ 1º Para atender ao disposto nos incisos I e II, durante a execução orçamentária do exercício de 2026, o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo projeto de lei para a abertura de Crédito Adicional Especial.

§ 2º Excetua-se as leis municipais, 295/2009; 475/2011; 727/2014; 728/2014; 729/2014; 618/2013; 1434/2023 e outras com a mesma destinação.

§ 3º Excetua-se ainda as disposições desse artigo as subvenções sociais voltadas a saúde, educação, esporte, segurança pública e assistência social, bem como nos auxílios sociais previsto na lei 940/2017 e no programa de saúde complementar á família boa esperancense previsto na Lei 939/2017.

**Art.37.** É vedada a inclusão, tanto na Lei Orçamentária quanto em seus Créditos Adicionais, de dotações de subvenções sociais, subvenções econômicas, auxílios ou contribuições, ressalvadas aquelas destinadas às entidades privadas com ou sem fins lucrativos e amparadas por Leis Municipais.

**Art.38.** A Receita Total do Município previsto no Orçamento Fiscal será programada de acordo com as seguintes prioridades:

I- Custeio de pessoal e encargos sociais, inclusive as contribuições do Município ao sistema de seguridade social, compreendendo os Planos de Previdência Social e de Assistência à Saúde, conforme legislação em vigor;

II- Custeio administrativo e operacional;

III- Garantia do cumprimento dos princípios constitucionais, em especial no que se refere ao ensino fundamental e à saúde;

IV- Garantia do cumprimento do disposto nos arts. 44 e 45 desta Lei;

V- Pagamento de sentenças judiciais;

VI- Contrapartidas dos convênios, dos programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais das operações de crédito; e

VII- Reserva de contingência, conforme especificado no art. 46 desta Lei.

**Parágrafo único.** Somente depois de atendidas as prioridades supra-arroladas poderão ser programados os recursos para atender novos investimentos.

**Art.39.** As obras já iniciadas terão prioridade na alocação dos recursos para sua continuidade e/ou conclusão.

**Art.40.** O controle de custos, a avaliação de resultados previstos no art. 4º, inciso I, alínea “e”, e no art. 50, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000, e a avaliação dos Programas de Governo constantes no Plano Plurianual-PPA, serão realizados pela Controladoria-Geral do Município.

**SEÇÃO II**  
**Diretrizes Específicas do Orçamento Fiscal**

**Art. 41.** O Orçamento Fiscal estimará as receitas e fixará as despesas dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como as de seus Órgãos, Autarquias, Institutos, Fundação e Fundos Municipais, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade, da exclusividade, da publicidade e da legalidade.

**Art. 42.** É vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos adicionais suplementares ou especiais com finalidade precisa.

**Art. 43.** Na estimativa da receita e na fixação da despesa serão considerados:

- I - Os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade;*
- II - O aumento ou diminuição dos serviços prestados, a tendência do exercício e;*
- III - As alterações tributárias.*

**Art. 44.** O Município aplicará, anualmente, no mínimo, 5% (cinco por cento) da receita resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento da proteção social, levada a efeito, pelo Departamento Municipal de Assistência Social. ( Lei Municipal 670/2013)

**Parágrafo único.** A base de cálculo para a aferição percentual do caput será a receita efetivamente arrecadada no exercício financeiro de 2024, consideradas as Receitas Correntes provenientes de recursos de impostos não vinculados.

**Art. 45.** Do total das Receitas Resultantes de impostos da Administração Direta serão aplicados no mínimo 0,5% na Função Desporto e Lazer.

**Parágrafo único.** A base de cálculo para a aferição percentual do caput será a receita efetivamente arrecadada no exercício financeiro de 2024, consideradas as Receitas Correntes provenientes de impostos não vinculados.

**Art.46.** A Lei Orçamentária conterá Reserva destinada a atender aos passivos contingentes e a outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme previsto no art.5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000.

**§1º** A Reserva de Contingência prevista no caput será constituída, exclusivamente, pelas Fontes de Recursos 000 (Recursos Ordinários Livres) (Recursos Próprios-Administração Indireta).

**§2º** Caso não seja necessária a utilização da Reserva de Contingência para sua finalidade, no todo ou em parte, até o mês de setembro, o saldo remanescente poderá ser utilizado para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

**Art.47.** Ficam os Poderes Executivo e Legislativo, nos termos do art.167, inciso VI, da Constituição Federal, autorizados a realizar Transposição.

**§1º** Entende-se por Transposição a realocação de recursos entre programas de trabalho, dentro de um mesmo órgão, mesma categoria econômica e despesa em uma fonte de recursos.

**§2º** Ficam as alterações limitadas a 30%

**Art.48.** Ficam o Poder Executivo, nos termos do art.167, inciso VI, da Constituição Federal, autorizados a realizar Remanejamento.

**§1º** Entende-se por Remanejamento a realocação de recursos entre órgãos, dentro da mesma fonte de recursos, independentemente da categoria econômica e despesa.

**§2º** Ficam as alterações limitadas a 30%.

**Art.49.** Ficam os Poderes Legislativo e Executivo, nos termos do art.167, inciso VI, da Constituição Federal, autorizados a realizar Transferência.

**§1º** Entende-se por Transferência a realocação de recursos entre categorias econômicas e despesa, dentro do mesmo órgão, mesmo programa de trabalho em uma fonte de recursos.

**§2º** Ficam as alterações limitadas a 30%

**Art.50.** Areaberturadoscréditosespeciaisextraordinários, conforme disposto nos arts.167,§2º,da Constituição Federal e 104,§2º,da Lei Orgânica do Município,será efetivada mediante decreto do Poder Executivo.

**Parágrafo único.** Para areaberturados créditos previstos no caput, o Executivo utilizar-se-á dos instrumentos previstos no art.43,§1º,incisos I,II,III e IV da Lei Federal nº4.320/1964.

**Art. 51.** Os recursos de convênios repassados pelo Município a outras entidades públicas ou privadas deverão ter sua aplicação comprovada mediante prestação de contas à **Controladoria-Geral do Município**.

### SEÇÃO III

#### **Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento**

**Art.52.** O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, em que o Município detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, terá suas receitas e despesas totalizadas por empresa, ficando seu programa de trabalho destacado por projeto, atividade ou operação especial, seguindo a mesma classificação funcional-programática adotada nos demais orçamentos.

**Art.53.** Não se aplicam às empresas públicas e às sociedades de economia mista não dependentes, integrantes do Orçamento de Investimento, as normas gerais da Lei Federal nº4.320/1964 no que concerne ao regime contábil, à execução do orçamento e ao demonstrativo de resultados, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei Complementar nº101/2000.

**Parágrafo único.** Excetua-se do disposto neste artigo, no que couber, a aplicação dos arts.109 e 110 da Lei Federal nº4.320/1964 para as finalidades a que se destinam.

**Art.54.** O Orçamento de Investimento, previsto nos artigos 165,§5º, inciso II, da Constituição Federal e 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município, será apresentado para cada empresa em que o Município detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto.

*§1º Os desembolsos com aquisições de direitos do ativo imobilizado serão considerados investimentos, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações.*

*§2º A despesa será discriminada por categoria de programação, nos termos do art. 9º, §3º, e do art. 14, desta Lei.*

*§3º O detalhamento das fontes de financiamento dos investimentos de cada empresa referida neste artigo será feito de forma a evidenciar os recursos:*

*I- Gerados pela empresa;*

*II- Decorrentes da participação acionária do Município; e*

*III- De outras origens.*

#### **SEÇÃO IV**

#### **Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social**

*Art. 55. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e obedecerá ao disposto nos arts. 167, inciso XI, 194 a 196, 199 a 201, 203, 204 e 212, § 4º, da Constituição Federal e arts. 138 a 154, da Lei Orgânica do Município e contará, dentre outros, com recursos provenientes:*

*I- Das contribuições sociais previstas na Constituição Federal, exceto a que trata o art. 212, §5º, e as destinadas por lei às despesas do Orçamento Fiscal;*

*II- Da contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários do Município; e*

*III- do Orçamento Fiscal.*

*Parágrafo único. Os recursos para atender às ações de que trata este artigo obedecerão aos valores estabelecidos no Orçamento Fiscal.*

### **CAPÍTULO V**

#### **DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

**Art.56.**As despesas com pessoal e encargos sociais para 2026 serão fixadas observando-se o disposto nas normas constitucionais aplicáveis, na Lei Federal nº9.717/1998, na Lei Complementar nº101/2000 e na legislação municipal em vigor.

**Art. 57.**Os Poderes Legislativo e Executivo, na elaboração de suas propostas orçamentárias, terão como base de cálculo, para fixação das despesas com pessoal e encargos sociais, a folha de pagamento do mês de abril de 2025 projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais a serem concedidos aos servidores públicos municipais, em especial pela Lei nº 906/2016 e 1375/2022 e suas alterações, bem como as alterações de planos de carreira e as admissões para preenchimento de cargos, sempre juízo do disposto nos arts. 18 e 19 da Lei Complementar nº101/2000, observado o contido no art.37, inciso II, da Constituição Federal.

**Art.58.**O reajuste dos vencimentos dos servidores públicos municipais deverá observar a previsão de recursos orçamentários e financeiros constantes da Lei Orçamentária de 2026, e de seus Créditos Adicionais, em categoria de programação específica, observando os limites do art.20, inciso III, e do art.21 da Lei Complementar nº101/2000.

**§ 1º** Ficam os Poderes Legislativo e Executivo autorizados a efetuar a recomposição dos vencimentos e proventos dos servidores públicos municipais ativos, aposentados e pensionistas, pertencentes aos quadros de pessoal estatutário e celetista, conforme disposto no art.169, §1º, incisos I e II, da Constituição Federal, referente ao período de janeiro de 2025 a janeiro de 2026.

**§2º** A recomposição dos vencimentos e proventos mencionados no §1º observará a variação do IPCA de dezembro de 2024 a dezembro de 2025, ou de outro índice que vier a substituí-lo.

**§3º** A recomposição dos vencimentos e proventos mencionados no §1º ocorrerá mediante Decreto do Poder Executivo e Portaria do Presidente do Poder Legislativo.

**§ 4º** Para atender ao disposto neste artigo serão observados os limites estabelecidos nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal e na Lei Complementar nº101/2000.

**Art.59.**O Poder Executivo, por intermédio do órgão central de controle de pessoal civil da Administração Direta e Indireta, publicará, até 31 de julho de 2025, a

tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil e demonstrar os quantitativos de cargos ocupados por servidores e estáveis e não estáveis e de cargos vagos, comparando-os com os quantitativos do ano anterior e indicando as respectivas variações percentuais.

**§1º** O Poder Legislativo observará o cumprimento do disposto neste artigo mediante ato próprio de seu dirigente máximo.

**§2º** Os cargos transformados em decorrência de processo de racionalização de planos de carreiras dos servidores municipais serão incorporados à tabela referida neste artigo.

**Art. 60.** O Poder Legislativo, durante o exercício financeiro de 2026, deverá enquadrar-se nas determinações dos arts. 56 e 58 desta Lei, com relação às despesas com pessoal e encargos sociais.

**Art. 61.** No exercício financeiro de 2026, observado o disposto no art. 169, da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

I - Existirem cargos vagos a preencher, demonstrados na tabela a que se refere o art. 59 desta Lei;

II - Houver vacância, após 31 de julho de 2025, dos cargos ocupados, constantes da referida tabela;

III - Houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa; e

IV - Forem observados os limites previstos no art. 58 desta Lei, ressalvado o disposto no art. 22, inciso IV, da Lei Complementar nº 101/2000.

**Parágrafo único.** A criação de cargos, empregos ou funções somente poderá ocorrer depois de atendido o disposto neste artigo, no art. 169, §1º, incisos I e II, da Constituição Federal, e nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 62.** No exercício de 2026, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver excedido 95% dos limites referidos no inciso IV do art. 61 desta Lei, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos na situação de emergência e de risco ou de prejuízo para a sociedade.

**Parágrafo único.** A autorização para a realização de serviço extraordinário no âmbito do Poder Executivo é de competência do Chefe do

*Poder Executivo, ou caberá a quem ele delegar, respeitados os limites orçamentários de cada órgão.*

**Art. 63.** *A proposta orçamentária assegurará no mínimo meio por cento dos recursos resultantes de impostos não vinculados para capacitação e desenvolvimento dos servidores municipais.*

**Art. 64.** *O disposto no art. 18, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000 aplica-se exclusivamente para fins de cálculo da limitação da despesa total com pessoal.*

**Parágrafo único.** *Não se consideram como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito de caput, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:*

*I- Sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma de regulamento;*

*II- Não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinta, total ou parcialmente;*

*III- não caracterizem relação direta de emprego.*

## **CAPÍTULO VI**

### **DISPOSIÇÃO SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO**

**Art. 65.** *Ocorrendo alterações na legislação tributária em vigor, decorrentes de lei aprovada até o término deste exercício, que impliquem acréscimo em relação à estimativa de receita constante do Projeto de Lei Orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes na execução orçamentária, observado o disposto no art. 41 desta Lei.*

**Art. 66.** *O tributo poderá ser corrigido monetariamente segundo a variação estabelecida pelo IPCA-IBGE ou outro indexador que venha substituí-lo.*

**Art. 67.** *O imposto sobre a Propriedade Predial Territorial Urbana - IPTU, do exercício de 2026, terá desconto de no máximo de 20% do valor lançado, no primeiro*

vencimento em cota única e de no máximo cinco por cento no último vencimento em cota única; e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN fixo, do exercício de 2026, terá desconto de no máximo dez por cento do valor lançado, em caso de pagamento em cota única.

**Art. 68.** Na previsão da receita, para o exercício financeiro de 2026, serão observados os incentivos e os benefícios fiscais estabelecidos em Leis Municipais, se atendidas às exigências do art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000, conforme detalhado no Anexo de Metas Fiscais - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.

**Art. 69.** Os projetos de lei de concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, isenção em caráter não geral, de alteração de alíquota ou de modificação de base de cálculo que impliquem redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, deverão atender a o disposto no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, devendo ser instruídos com demonstrativo evidenciando que não serão afetadas as metas de resultado nominal primário.

**Art. 70.** Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos de cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para o efeito do disposto no art. 14, § 3º, II, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

## **CAPÍTULO VII**

### **DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 71.** Os Orçamentos da Administração Direta e da Administração Indireta (Autarquias, Institutos, Fundação e Fundos Municipais) deverão destinar recursos para o pagamento dos serviços da dívida municipal.

**Parágrafo único.** Serão destinados recursos para o atendimento de despesas com juros, com outros encargos e com amortização da dívida somente às operações contratadas até 30 de junho de 2025.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DISPOSIÇÕES FIN**

#### **AIS**

**Art. 72.** Cabe à Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento a responsabilidade pela coordenação da elaboração e da consolidação do Projeto de Lei Orçamentária, de que trata esta Lei.

**Parágrafo único.** A Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento disciplinará:

**I-** O calendário das atividades para a elaboração dos orçamentos;

**II-** A elaboração e a distribuição do material que compõe as propostas parciais do Orçamento Anual dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus Órgãos, Autarquias, Fundação, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista; e

**III-** as instruções para o devido preenchimento das propostas parciais dos orçamentos de que trata esta Lei.

**Art. 73.** Para os efeitos do disposto no art. 16, da Lei Complementar nº 101/2000:

**I-** As especificações nele contidas integram o processo administrativo de licitação de que trata a Lei 14.133/2021, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o art. 182, § 3º, da Constituição Federal; e

**II-** As despesas irrelevantes, conforme disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000, são aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites do art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021 e suas alterações.

**Art. 74.** São vedados quaisquer procedimentos, pelos ordenadores de despesas, que possibilitem a execução destas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária, em cumprimento aos arts. 15 e 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

**Parágrafo único.** Serão registrados, no âmbito de cada órgão, todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira, sempre juízo das responsabilidades e demais consequências advindas da observância do caput deste artigo.

**Art. 75.** Os valores das metas fiscais, emanado, devem ser considerados como estimativa, admitindo-se variações de forma a acomodar a trajetória que se determine até o envio do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2026 ao Legislativo Municipal.

**Art. 76.** A execução orçamentária dos órgãos da administração direta e indireta constantes do orçamento fiscal será processada por meio de sistema informatizado único.

**Art. 77.** Para efeito do disposto no art. 42, da Lei Complementar nº 101/2000, considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou de instrumento congêneres.

**Parágrafo único.** Nos casos de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da Administração Pública Municipal, consideram-se como comprometidas apenas as prestações cujo pagamento deva ser verificado no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

**Art. 78.** Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento divulgará, no prazo de trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD, especificando-o poratividades, projetos e operações especiais, em cada unidade orçamentária contida no Orçamento Fiscal.

**Art. 79.** Cabe à Controladoria-Geral do Município a responsabilidade pela apuração dos resultados primários e nominais para fins de avaliação do cumprimento das metas fiscais previstas nesta Lei, em atendimento ao art. 9º e seus parágrafos da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 80.** Os recursos decorrentes de emendas que fiquem sem despesas correspondentes ou que alterem os valores da receita orçamentária poderão ser utilizados mediante Créditos Adicionais Suplementares e Especiais com prévia e específica autorização legislativa, nos termos do art. 166, § 8º, da Constituição Federal e do art. 71, item 7, da Lei Orgânica do Município.

**Art. 81.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

*Boa Esperança, 02 de junho de 2025.*

